

O PEDAGOGO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Joana Darc Cardoso dos Santos¹

Artemízia Ribeiro Lima Costa²

Albano Oliveira Nunes³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a atuação do pedagogo dentro do âmbito da Assistência Social, mais especificamente no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, mostrando suas contribuições para superação das vulnerabilidades sociais dos educandos e atribuições como profissional a desenvolver nesse espaço. Sabe-se de que os espaços em que o pedagogo pode atuar são muitos, porém não são conhecidos muitas vezes pelo mesmo e por outros profissionais. Portanto, o artigo irá refletir sobre a atuação do pedagogo, validando a ideia de que esse profissional é qualificado para atuar não só no sistema de educação formal, mas também em outros espaços não formais. Essa pesquisa se deu de duas formas: a primeira foi à pesquisa de campo feita com as pedagogas dos CRAS de Beberibe/CE, onde foi aplicado um questionário. A segunda parte da pesquisa é a bibliográfica, onde foram estudados artigos acadêmicos, livros, sites com assunto do tema abordado, para obter fundamentação teórico-metodológico, entre os teóricos estudados estão Caliman (2014), Machado (2008), Paulo Freire (1997), Gadotti (2005), Montevechi (2005) que vem fortalecendo essa pesquisa com os seus conhecimentos. Os estudos aqui realizados trazem como proposta perceber a importância do pedagogo dentro dos espaços não formais, neste caso a Assistência Social, e como a sua responsabilidade vai além da visão de educar, o mesmo precisa realizar propostas significativas para prevenir e combater as vulnerabilidades sociais.

Palavras-chave: Pedagogo. Assistência Social. Espaços não formais

ABSTRACT

The aim of this article is to understand the role of the pedagogue within the scope of Social Assistance, specifically in CRAS, showing their contributions to overcoming the social vulnerabilities of learners and assignments as a professional to develop in this space. It is known that the spaces in which the pedagogue can act are many, but they are not often known by the same and other professionals. Therefore, the article will reflect on the performance of the pedagogue, validating the idea that this professional is qualified to act not only in the formal education system, but also in other non-formal spaces. This research was done in two ways: the first one was the field research done with the CRAS pedagogues from Beberibe / CE, where a questionnaire was applied. The second part of the research is the bibliographical one, where academic articles, books, sites with subject of the subject approach were studied, to obtain theoretical and methodological foundation, among the

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: joanacardoso11@yahoo.com.br

² Mestranda em Educação – UFC: MBA em Gestão do Ensino Superior – FVJ; coordenadora de área do Subprojeto de Pedagogia do PIBID/FVJ; professora do curso de Pedagogia da FVJ. E-mail: artemizia@fvj.br

³ Doutor em Engenharia de Teleinformática – Professor da E.E.E.P. Elsa Maria Porto Costa Lima – SEDUC/CE e do curso de Pedagogia e Administração da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: albano@fvj.br

theoreticians studied are: Caliman (2014), Paulo Freire (1997), Gadotti (2005), Montevechi (2005), Research with their knowledge. The studies carried out here propose to realize the importance of the pedagogue within non-formal spaces, in this case Social Assistance, and since its responsibility goes beyond the vision of educating, it needs to make significant proposals to prevent and combat social vulnerabilities.

Keywords: Pedagogist. Social assistance. Non-formal spaces.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se na atual situação do sistema educacional as transformações no currículo e no curso de Pedagogia, transformando os conceitos dos ambientes formais das escolas para também os espaços não formais, ou os chamados “novos espaços” em que a educação está atuando.

Com isso levantou-se questionamentos e admiração para os pedagogos inseridos neste contexto de educação, onde os próprios atuam buscando manifestar responsabilidade e respeito diante dessas pessoas tão negligenciadas pela sociedade capitalista.

Conseqüentemente, o pedagogo vem ao longo do tempo se adaptando a essas mudanças de ensinamentos e espaços, onde a flexibilidade e a sensibilidade aos educandos é a palavra-chave para o aprendizado.

Ensinamentos esses que acontecem nesses “novos espaços” educacionais, fora dos muros da escola, como igrejas, associações, ONGs (Organizações Não Governamentais), entre outros espaços esta a Assistência Social com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CRAS) como espaço de troca de experiência, visando à melhoria das situações de vulnerabilidades e as diferenças sociais, nos mais diferentes campos.

O pedagogo dentro desses Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos trabalha numa dinâmica pedagógica que vai muito além da visão de educar, trabalhar o empoderamento dos educandos diante das dificuldades, trazendo a visão de garantia de direitos entre tantas outras vulnerabilidades sociais abordadas, isso usando a educação como instrumento transformador de mundo, e isso é um processo contínuo.

A pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira foi em pesquisas bibliográficas que teve como embasamento alguns desses teóricos: Caliman (2014), Machado (2008), Nádia (2014), Gadotti (2005), Montevechi (2005) entre outros que também serviram de apoio à análise. A segunda foi pesquisa de campo que tinha o intuito de refletir sobre a atuação do pedagogo dentro desses espaços, para isto foi aplicado um questionário com

perguntas objetivas e subjetivas, as pedagogas dos CRAS no município de Beberibe com a intenção de analisar e investigar se as mesmas reconheciam o espaço onde atuam e reconhecem suas competências e atribuições dentro dessas instituições.

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre a atuação e a formação do pedagogo em espaços educativos não formais diferenciando as especificações do trabalho pedagógico desse profissional dentro desses ambientes. Inicia-se a reflexão sobre o contexto da Pedagogia Social e a sua viabilidade na sociedade, após apresentar o pedagogo como profissional que traz suas atribuições e contribuições de uma visão que vão além do educar, estendendo suas mediações até a Assistência Social, especificamente os CRAS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contexto histórico da Pedagogia Social

O termo pedagogia social tem sua procedência alemã e foi aplicado primeiramente por K. F. Magwer (1844), na “Padagogische Revue”, e posteriormente pelo pedagogo A. Diesterweg (1850), e mais tarde com o filósofo Paul Natorp (1898) que se tornou o criador desse ensino, onde o mesmo sintetizou e fundamentou a primeira obra sobre pedagogia social, que se intitula por “Pedagogia Social: Teoria da Educação e da vontade sobre a base da comunidade”, aonde vem abordando a contraposição do egocentrismo naquele tempo (CALIMAN, 2014).

Caliman (2014), ainda afirma que essa pedagogia surge pós a metade do século XIX, depois da segunda revolução industrial e francesa, onde a mesma acarretou uma série de mudanças e demandas no mundo do trabalho, incluindo a mais desumana crise econômica daquele tempo, onde muitos entram em situações de classe social desfavorecidas, gerando assim, uma exclusão da classe mais pobre.

Com o aparecimento dessas problemáticas sociais assolando o continente europeu, surge a preocupação das duas potencialidades, a Alemanha e a Espanha, em fazerem uma inclusão social daquela grande massa de pessoas desfavorecidas, trazendo consigo programas sociais e educacionais que visavam contemplar as necessidades humanitárias, sociais e políticas dessa classe, como nos apresenta Machado (2008, p.3):

[...] A crise econômico-industrial da Alemanha, acentuada no final do século XIX, leva a Pedagogia a atender à necessidade de intervenção sócio educacional. A partir desse período, pressionados pela realidade, educadores avançam na conceituação da Pedagogia Social ao mesmo tempo em que ampliam as ações práticas.

A Pedagogia Social surge então, com a necessidade de mediar metodologias de intervenção para as classes menos desfavorecidas e com uma das naturezas de desenvolvimento da educação não formal e veio para atender os detrimentos causados pelos conflitos viventes na Europa naquele século, momentos esses que trouxe disputas econômicas e políticas surgindo em decorrência uma classe de pessoas marginalizadas, sem ter onde morar e sem refúgios, desemprego, crianças e idosos desamparados, entre outros.

O conceito de Pedagogia Social se expandiu atrelando a educação fora do âmbito da escola e da família sendo entendida como uma tarefa educativa social e estatal em que suas experiências vão além do contexto familiar e escolar.

Faz-se necessário perceber a pedagogia social como um conhecimento pedagógico da inadaptação social que vela uma instrução para a democracia onde envolve um conjugado de sujeitos como: a escola, a família, a igreja, o estado, as associações comunitárias, a mídia entre outras como parte da realidade social do sujeito.

Segundo Nádía *et al.*,(2014) nas décadas de 80 e 90, começaram o aparecimento das entidades governamentais e não governamentais propostas as crianças e adolescentes, intensificando-se mais os empreendimentos sociais em conjunto com o público e o privado, deixando de culpabilizar somente ao Estado, com isto a sociedade civil começa mesmo que aos poucos a participar de debates assumindo uma cátedra nos projetos sociais.

No Brasil, a pedagogia social iniciou-se a partir da educação não formal, como um adjacente de processos, meios e estabelecimentos específicos organizados em funções de objetivos explícitos de formação ou instrução.

Gadotti (2005), afirma que a educação não formal é diferente da educação formal, sendo menos burocrática e hierárquica, que necessariamente nos programas sociais que são ofertados não precisava de obtenção de graus ou certificados e nem ser sequencialmente como um ensino formal.

Os espaços para a efetivação dessa educação não formal pode ocorrer em vários espaços e atendendo a diversos públicos entre eles podemos citar: igrejas, sindicatos, ONG's (Organizações Não Governamentais), associações comunitárias, entre outras.

Montevechi (2005), então, afirmar que o objetivo principal dessa educação não é contrariar a educação regular, mas oportunizar aos sujeitos menos favorecidos uma oportunidade de aprendizagem flexível, respeitando o tempo de cada um para que ele possa sair da situação que se encontra e tenha suas necessidades básicas atendidas.

Quando se pensa em pedagogia social no Brasil é inevitável pensar em Paulo Freire e em suas obras como “Pedagogia do oprimido” (2005) que veio propor uma educação popular emancipatória com autonomia do ser educando para torná-lo um ser crítico e democrático.

Damasceno *et al* (2009), afirma que nos anos de 1960, é lançado os modelos de pedagogia popular, que teve como idealizador Paulo Freire e era voltada para a alfabetização e “conscientização” de adultos. Tratava-se de uma teoria de amparo ao oprimido, e também de uma pedagogia “não autoritária” respeitando e valorizando o que o educando trazia como experiência de vida.

Segundo Graciani (1997), essa pedagogia social vai muito além dos muros das escolas. Está volvida a educação popular que passa pelas empreitadas de alfabetização, movimentos religiosos e populares visando lutar pela educação de crianças e adultos. Portanto, a autora nos diz que:

O educador social de rua precisa de algumas características essenciais, muito mais de personalidade que técnico-profissionais, embora as duas sejam fundamentais. [...] É no corpo a corpo, no olho a olho cotidiano com esses meninos (as) que se pode revelar o acolhimento, o compromisso, a paciência, a competência, assim como os preconceitos, impaciências, rejeições ou rigidez comportamental ou perspectiva que o inabilitam para participar de uma Pedagogia Social de Rua desse tipo. (1997, p.131)

Assim, ao meditar sobre a pedagogia social, percebe-se a preocupação que a mesma tem em fazer a inclusão social. Dando ênfase aos que estão em situações de vulnerabilidades sociais, como: negligências e abandono, em situação de riscos, trabalho infantil, entre tantos outros que o sistema exclui sem receio, ela tenta contribuir com o protagonismo do desfavorecido e sua superação diante das dificuldades encontradas no cotidiano.

Portanto, uma das políticas públicas que se preocupa com essa classe menos desfavorecida é Assistência Social, que trás dentro dela a Proteção Social Básica (PSB), que tem como um dos seus instrumentos o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) mecanismo esse que tem como objetivo prevenir e proteger o território que abrange com ajuda a superação de conflitos através dos serviços oferecidos, e a distribuição de renda para as pessoas que se encontram com essas vulnerabilidades.

Surge, então, a necessidade de conhecer o trabalho do pedagogo no CRAS, este será mais explicitado no texto a seguir.

2.2 O Pedagogo dentro do CRAS: uma visão além do educar

Segundo Libâneo (2005) o conceito de educação no passar dos tempos sofreu alterações, não se restringindo mais só a educação formal dentro de sala de aula, hoje essa educação acontece também fora dos muros da escola em diversos e diferentes ambientes. Pois, segundo ele:

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos. (LIBÂNEO, 2005, p. 27).

A função de pedagogo no passar dos tempos também sofreu alterações não só na educação formal, mas também em outras áreas informais, tipo: nas empresas, nos hospitais e na assistência social, viabilizando intervenções pedagógicas para a organização desses espaços e pessoal. O mesmo vem atuando em diferentes espaços e em diferentes situações, trazendo uma área de conhecimento e na sua atuação um pensamento unificador.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2005) trazem a promoção para o curso de pedagogia, em “Finalidade do curso de Pedagogia”, que destacam como esse profissional deve ter uma preparação para os desafios futuros tanto em sala de aula como fora dos muros escolares, nos quais são bem distintos, porém tem um objetivo parcial de buscar refletir a problemática do educando.

A educação desse pedagogo deve transitar por vários campos de estudos, para que o mesmo possa experimentar suas várias possibilidades de conhecimento, entre elas: histórico, antropológico, filosófico, ambiental-ecológico, psicológico, político, sociológico, econômico, cultural e outros.

O documento ainda profere a respeito do perfil e as aptidões desse profissional:

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e prepositiva em face de realidades complexas, com vista a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras. (BRASIL, 2005, p.131)

Nessa perspectiva, no que diz esse documento sobre a importância desse profissional, e vista as necessidades existentes no contexto do nosso Brasil, onde encontramos tantos abusos de direitos contra crianças, jovens e idosos, é que a Assistência Social destaca esse profissional dentro de sua categoria mínima do SUAS (Sistema Único da assistência Social), para um possível empoderamento através de ações interventivas na sua realidade e da comunidade.

Para começo dessa pesquisa é importante ressaltar a lei que garante esse profissional integrar a equipe de referência dentro do SUAS, a mesma diz que a Resolução Nº 17, de 20 de junho de 2011 fica decretado o pedagogo como trabalhador da categoria profissional que poderá atender as especificidades dos serviços Socioassistenciais. Esses atendimentos visam à finalidade de estrutura e organizar melhor os serviços tratando as necessidades dos direitos dos usuários e a inclusão do mesmo na sociedade.

No entanto, mesmo sendo lei que garante esse profissional incluso na Assistência Social e dentro de outras áreas, ainda hoje existe uma oposição dos mesmos e uma desvalorização desse trabalhador em fazer seus trabalhos como mediador nesses outros espaços educacionais.

O pedagogo dentro da Assistência Social vem com um argumento de atuar em serviços com a equipe operatória na PSB (Proteção Social Básica) ou em especial, serviços esses que podem ser programas, projetos, assessoramento, vigilância e defesa da garantia de direitos Socioassistenciais e em cargo de gestão.

Atuação desse pedagogo deve ser qualificada para promover ao usuário o desenvolvimento de potencialidades, aquisições cognitivas educativas, sociabilidade, o direito de exercer a cidadania, a efetivação do fortalecimento de vínculos e o seu sentimento de pertença e o reconhecimento da sua identidade. Pois,

Uma das tarefas mais importantes da prática-crítica é propiciar as condições que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professoras ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. [...] A assunção de nos mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (FREIRE, 2002, p.41)

Segundo Freire (2002), uma das atividades mais importante para a prática-crítica é a experiência de colocar o indivíduo em troca de experiência com o outro, ou seja, em momentos coletivos promovendo embates que afetam, porque assim eles se percebem numa troca de vivências e de sentimentos, experimentando as emoções, a igualdade e o desejo de transformar ou recriar o mundo.

Segundo Libâneo, o pedagogo pode e deve estar vivenciando suas experiências em campos, efetivando suas atividades em vários segmentos tanto educacional como em práticas sociais, ele diz:

O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, a presença nos meios de comunicação e informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo. (1999, p.30-31)

Portanto, percebe-se que o trabalho desse profissional é focado para superação de conflitos sociais dos indivíduos, levando em conta suas vulnerabilidades, o meio em que estão inseridos e as problemáticas do seu ciclo de vida. Trazendo assim, mediações a serem trabalhadas dentro dos serviços de convivência ofertados nos CRAS.

2.3 As ações do pedagogo dentro do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social)

Considerando a Resolução Nº 17 de 2011, que traz o pedagogo como categoria de nível superior necessária dentro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o mesmo pode atuar em equipe operativa da proteção social básica ou, em especial, nos serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos Socioassistenciais, projetos, benefícios, programas e em gestão.

O pedagogo no CRAS opera atendendo grupos de crianças, adolescentes, grupo de família e idosos em situações de vulnerabilidades sociais, isolamento, negligência, entre outras situações prioritárias proporcionando ajuda necessária à superação dessas dificuldades, através de dinâmicas de intervenção nos grupos visando à efetivação dos direitos sociais e o empoderamento dos vínculos afetivos dessas pessoas diante das perdas e suas fragilidades.

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiência; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso a demanda política pública; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (CNAS, 2004, p.18-19).

Esses atendimentos visam à finalidade de estruturar e organizar melhor os SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) tratando as necessidades dos direitos dos usuários e a inclusão do mesmo na sociedade.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), é um serviço constituído em grupos, com objetivo principal em prevenir situações de risco social, desenvolver sentimentos de pertencças, ampliar trocas culturais e de conhecimentos, fortalecendo, assim os vínculos e estimulando a socialização comunitária.

Outras funções atribuídas ao pedagogo dentro dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são: a busca ativa; acompanhamento do rendimento escolar; construir juntamente com os orientadores sociais nos planejamentos realizados dentro dos serviços de convivência; visitas as famílias; acompanhamento da frequência dos usuários nos serviços; reuniões em famílias; atividades grupais; elaboração de material didático e

gráfico; palestra para divulgação dos serviços; promover capacitação continuada para os orientadores sociais dentre outras atividades em que a equipe precise de sua intervenção.

Segundo Gandin (2004, p. 41), na procura de transformações da “realidade existente para a realidade desejada”, há uma lógica que admite que os indivíduos construam e modifiquem o que é necessário. Nesse argumento, insere-se o pedagogo contribuindo para que a sociedade mude para melhor.

Um das estratégias que o pedagogo pode tentar favorecer aos grupos público-alvo são as interações sociais, os momentos lúdicos, a escuta de participação onde o usuário possa ser protagonista, momentos esses importantes para o aprendizado dos usuários, pois nesse momento há uma troca de conhecimentos, de histórias, de valores, de diálogos, de sentimentos de valorização e de pertença, segundo MDS (2009, p.44)

Participar supõe modos de se expor, de ver e ser visto, de criticar e ser criticado, ser capaz de argumentar, colocando diferentes saberes e modos de produção de conhecimento. Tomados em sua igualdade, estes conhecimentos podem circular sem reafirmar hierarquias, podem ser questionadas sem ser desqualificados.

O pedagogo deve trabalhar para que essas vulnerabilidades sejam extintas do meio em que o usuário vive, tornando assim esse público igualitário no meio social em que estão inseridos, devolvendo a esses o direito de pertença e de identificação pessoal, proporcionando um olhar crítico diante das situações em que é colocado constantemente por uma classe opressora.

Não é fácil desenvolver esses trabalhos dentro dos CRAS, o pedagogo precisa ter sensibilidade e se reconhecer como um profissional da Assistência Social e que seu público necessita muito mais do que aprender aquisições educativas, eles precisam se sentir pertencente a uma sociedade com direitos e deveres.

3 METODOLOGIA

Este artigo incide em uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo para maior aquisição de subsídios a respeito do tema: A contribuição do pedagogo no âmbito da Assistência Social.

Para realizar a revisão bibliográfica, foram examinados artigos científicos, sites da internet, documentos que trazem a legislação sobre a Assistência Social (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e livros que tratam do assunto. Em continuação ao trabalho houve a pesquisa de campo, que foi realizada a aplicação de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas as pedagogas que estão atuando nos CRAS de Beberibe, a fim de obter os dados necessários para a pesquisa. A própria tem como objetivo principal recolher informações das pedagogas sobre a importância do pedagogo na área da Assistência Social e refletir sobre a sua atuação e contribuição nos CRAS.

3.1 Identificação do campo de pesquisa e público-alvo

A pesquisa foi realizada com duas pedagogas que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social no município de Beberibe/CE. Geograficamente esses CRAS ficam distribuídos dentro do município.

Partindo desse princípio, um CRAS fica situado dentro da sede e o outro fica na zona rural do município. Nesses CRAS são atendidas crianças, adolescentes, idosos, pessoas essas que estejam em situações de vulnerabilidades sociais, negligência, isolamento, violação de direitos. Portanto, não se podem contabilizar números de atendimento, pois esse é um equipamento que recebe demanda espontânea no cotidiano.

Os horários de funcionamento dos CRAS atendem nos períodos matutino e vespertino, com os seguintes profissionais: coordenadores, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras, cadastradores do Bolsa Família, orientadores sociais, assistentes sociais, psicólogos e pedagogas.

A aplicação do questionário da pesquisa de campo aconteceu com as duas pedagogas que trabalham nos CRAS do município de Beberibe/CE.

4 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

O questionário aplicado como instrumento da pesquisa de campo, foi realizado com as pedagogas dos CRAS do município de Beberibe. As entrevistadas são do sexo feminino e possuem nível superior, porém sem pós-graduação ou especialização na área que atuam ou em qualquer outra.

A análise vai referenciar-se as como pedagoga A e pedagoga B. A idade das entrevistadas é de 43 e 49 anos, as duas são formadas em pedagogia, sendo que a pedagoga A tem experiência na educação formal e na Assistência e a B não tem experiência no ambiente formal e está iniciando agora no ambiente não formal.

No que se refere ao vínculo empregatício das pedagogas uma é efetiva e a outra é contratada. A pedagoga A é efetiva e já tem 4 anos de experiência na educação e 4 anos atuando na Assistência Social, porém a pedagoga B está atuando na área da Assistência Social há 1 ano e 7 meses, porém a mesma não tem experiência na educação formal.

O questionário é composto por 16 questões, sendo 07 delas referente ao perfil do entrevistado, 05 de caráter objetivo e as outras 04 questões são de caráter subjetivo, onde as entrevistadas justificam a pergunta, fechando o ciclo de dados a serem analisados.

4.1 Análise das questões objetivas

Na questão 08 (Na Assistência Social existe a lei 017/2011, você a conhece? Caso a sua resposta seja afirmativa, comente sua percepção sobre a lei citada). As duas pedagogas responderam que não conhecem a lei e conseqüentemente não fizeram comentário sobre a mesma, portanto essa resolução Nº 17 de 2011, traz o pedagogo como categoria de nível superior necessária dentro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), fato este que justifica a presença do pedagogo dentro da Assistência, mas desconhecido pelas entrevistas.

A questão 09 (participou de alguma formação/ capacitação para assumir essa função dentro do CRAS?). As duas responderam que não tiveram nenhuma capacitação ou formação para assumirem esse cargo dentro da Assistência Social. Diante dessa perspectiva fica claro que esses profissionais são postos nessas funções sem uma capacitação conseqüentemente compromete-se a atuação destes profissionais.

A questão 10 (tinha alguma experiência na área ou conhecimento da função do pedagogo na Assistência Social?). A pedagoga A respondeu que sim, porém a pedagoga B, respondeu que não tinha nenhuma experiência na área. Na questão 11(Conhece as vulnerabilidades/ prioridades apontadas na Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o ingresso do usuário nos SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)? As duas disseram que sim tinham conhecimentos dessas prioridades.

A questão 15(A interferência pedagógica ajuda a superar os conflitos sociais no cotidiano dos usuários)? As respostas das pedagogas foram sim. Na questão 16(A inserção

do pedagogo em ambientes fora do muro da escola tem sido bem aceita?). As respostas foram unânimes quando as duas disseram que não, esse profissional não é bem aceito em outros ambientes que não são o da educação formal, ficando claro que os demais profissionais desconhecem o que se afirma no referencial teórico desse artigo quando diz que o pedagogo deve ser visto como uma figura atuante em várias áreas “O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades...”.(LIBÂNEO,1999, p.30-31)

4.2 Análise das questões subjetivas

Agora se faz a análise das questões subjetivas 12, 13, 14 que serviram para um apanhado qualitativo.

Na questão 12: (Quais os objetivos esperados por um pedagogo dentro dos SCFV (Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)?

Pedagoga A respondeu:

Realizar o monitoramento e mapeamento relacional dos SCFV. Planejar as ações com os orientadores sociais. Desenvolver estratégias de intervenção nas dificuldades prioritárias.

Pedagoga B respondeu:

Nortear os serviços através das práticas pedagógicas organizando e tornando também esses serviços lúdicos e atraentes.

Diante das respostas, observou-se que, mesmo não tendo passado por capacitações ou formações, todas têm conhecimento dos objetivos esperados por um pedagogo dentro dos SCFV, reconhecendo assim sua importância dentro dos SCFV.

Na questão 13: (Sabe quais as atribuições de um pedagogo dentro do CRAS)?

A pedagoga A respondeu:

Acompanhar a frequência e encaminhar aos técnicos. Mediar às intervenções dos técnicos nos SCFV. Avaliar e monitorar os resultados da metodologia nos SCFV. Construir junto com a equipe estratégias de intervenções nas atividades dos SCFV.

A pedagoga B respondeu:

Acompanhar, planejar e atuar juntamente nos serviços de convivência; Organizar os SCFV: planejamento, frequência, instrumentos; Participar da equipe técnica intervindo pedagogicamente também dos planos e ações dos CRAS.

Percebe-se que nas respostas das pedagogas elas reconhecem as pertinências do pedagogo dentro do CRAS, ressaltando que as duas têm praticamente à mesma ideia sobre suas atribuições, coincidindo com o que diz o artigo a contribuição do pedagogo dentro da Assistência Social onde o mesmo tentar favorecer aos grupos público-alvo, através de interações sociais, momentos lúdicos, da escuta, de participação onde o usuário possa ser protagonistas, segundo (MDS, 2009, p.44).

Na questão 14: (Qual a sua visão da importância da atuação do pedagogo no âmbito da Assistência Social)?

A pedagoga A respondeu:

O pedagogo colabora na dinamização dos resultados nos SCFV, responsabilizando-se pelo resultado junto com a equipe, tornando-se referência específica no acompanhamento dos resultados junto com o PAIF. Fortalecendo o resultado das intervenções dos usuários e famílias.

A pedagoga B respondeu:

Tornar as práticas assistenciais sistematizadas no viés de uma cidadania condizente e entrelaçada com as comunidades nas quais atuam.

Nas respostas acima foca-se a importância do pedagogo dentro do âmbito da Assistência Social, onde se percebe que as pedagogas tornam esse trabalho ativo, enriquecendo diante da sua visão, trazendo o seu olhar das práticas assistenciais em prol de uma cidadania ativa na comunidade, fazendo uma reflexão desse trabalho e apontando algumas intervenções a serem feitas nos serviços de convivência.

Portanto, as pedagogas nos mostram que apesar das dificuldades encontradas para adentrar no âmbito da Assistência, como falta de formação e capacitação na área, ou ainda o desconhecimento de alguns pela presença deste profissional no ambiente não formal, as mesmas foram se aprofundar sobre o assunto para melhor desenvolverem suas ações e assim estão atuando nos CRAS e contribuindo com a sociedade no compete ao auxiliar na formação cidadã, apresentando aos usuários seus direitos e deveres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos CRAS de Beberibe teve como objetivo refletir sobre a atuação do pedagogo dentro da Assistência Social, mostrando seu trabalho dentro do CRAS e suas intervenções que vão muito além do educar.

De acordo com a pesquisa bibliográfica, o pedagogo tem contribuições significativas para a formação cidadã dos educandos, podendo ser considerado como uma ferramenta de mediação a superação das vulnerabilidades sociais e dificuldades através das suas intervenções socioeducacionais.

Ao analisar os questionários, foi possível identificar que as pedagogas tem conhecimento das atribuições do pedagogo dentro da Assistência social e as reconhecem também, porém se percebe que as pedagogas ao assumirem essa função não tiveram nenhuma formação ou capacitação para conhecimento das suas atribuições, tanto que uma das pedagogas exerce o papel sem experiência alguma na área.

Pensar na relevância da contribuição do pedagogo dentro da Assistência Social é descrever o quanto esse profissional pode ser fundamental para o desenvolvimento crítico da formação cidadã dos educandos. Considerando que o mesmo age de forma interventiva para a superação dos conflitos e fortalecimento dos vínculos afetivos desses sujeitos dentro desses ambientes.

É essencial que se tenha a consciência de que não só a atuação do pedagogo na área da Assistência Social é responsável à superação das vulnerabilidades sociais, mas que o Estado tem sua parcela de contribuição e o mesmo deve providenciar meios que forneçam possibilidades de transformação na vida dos que buscam educar-se, seja no contexto escolar ou em qualquer espaço em que ocorra o procedimento de educação.

O presente artigo mostra a importância desta pesquisa para o conhecimento da atuação do pedagogo na Assistência Social e como ele é visto atualmente dentro desse âmbito, considerando seu trabalho como ferramenta de transformações e de mediações para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. F. M. LIMA, S. R. de O. CUNHA, S. F. FERNANDES, L. M. S. F. **pedagogia social: a atuação do pedagogo em ambiente não-escolar**. Anais do VI Fórum Nacional de Pedagogia – VI FIPED, 2014. Acessado em 19/08/2016. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_19_05_20

[14_22_33_20_idinscrito_1024_52a72afb3c6a66b8ef74c5e39f247548.pdf](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100015&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18/09/2016.

CALIMAN, Geraldo. **Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália)**. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100015&script=sci_arttext>. Acesso: 15/03/2015.

CONSELHO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, **Política Nacional de Assistência Social**, set. 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: NOB-RH/SUAS.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Resolução CNAS nº17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: NOB-RH/SUAS.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CONSELHO PLENO. Resolução CNE/CP 5, de 13 de dezembro de 2005. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília: 2005.

DAMASCENO, A. D. MARTINS, M. da C. R. SOBRAL, K. M. SILVA, L. R. C. da. **Contribuições do pensamento freiriano para a formação de professores**. Anais do IX Congresso Nacional de Educação – IX EDUCERE, 2009. Acessado em 12/09/2016. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2955_1560.pdf.
FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GRACIANNI, M. S. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997. (Coleção prospectiva)

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para que?**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MACHADO, E. M. **A Pedagogia Social: Diálogos e fronteiras com a educação não formal e educação sócio comunitária**. Disponível em: <http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Wilson-Montevechi_2005.pdf>. Acesso em: 15/03/2016.

Resolução CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009, **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. REORDENADO PELA RESOLUÇÃO Nº01/2013.